



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2021

Protocolo nº 0116734-26.2021.8.16.6000

TIPO: MENOR PREÇO (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO)

REGIME: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

PRAZO: 12 MESES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS, E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO CENTRAL E A MANUTENÇÃO CORRETIVA EVENTUAL (POR DEMANDA) DOS EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS, NOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná torna público aos interessados que realizará licitação, cuja sessão ocorrerá no dia, horário e local abaixo:

DATA INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	01/12/2021
DATA LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	14/12/2021 às 13:30 horas (Horário de Brasília – DF)
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS	14/12/2021 às 13:30 horas (Horário de Brasília – DF) ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data
INÍCIO DA FASE DE LANCES:	14/12/2021 às 14:30 horas (Horário de Brasília – DF)

LOCAL: o local de recebimento das propostas e documentos de habilitação se dará exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <http://www.licitacoes-e.com.br>, conforme datas e horários definidos acima.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da licitação.

O edital, as especificações e os projetos estarão disponíveis gratuitamente às interessadas nos sites <https://www.tjpr.jus.br/editais> e www.licitacoes-e.com.br ou, ainda, pelo endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br.

Horário de atendimento: das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

Telefones: (41) 3250-6541 ou (41) 3250-6542.

Responsáveis pelos esclarecimentos: Pregoeiro Marco Aurélio da Silva Costa; Chefe da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia e Arquitetura, servidor Deives Domingo Pinto; Consultor Jurídico Fernanda Ghuellere.

CAPÍTULO 1 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente edital será regido pela Lei Estadual nº 15.608/2007, pela legislação nacional sobre normas gerais de licitação, Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, assim como pela Lei Complementar nº 123/2006 e legislação correlata.

CAPÍTULO 2 - DO OBJETO

2.1 O certame licitatório tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS, E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO CENTRAL E A MANUTENÇÃO CORRETIVA EVENTUAL (POR DEMANDA) DOS EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS, NOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, conforme critérios, especificações e necessidades descritos em Anexo.

CAPÍTULO 3 - DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Por força do disposto no artigo 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, o preço máximo global deste certame está fixado em **R\$ 8.646.911,04 (oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil novecentos e onze reais e quatro centavos)** conforme tabela contida em Anexo.

3.2. A despesa decorrente da contratação ficará à conta da dotação orçamentária do FUNREJUS – Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, do exercício de 2021, estando o valor estimado bloqueado por meio dos elementos 3.3.90.39.16 – denominado Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

CAPÍTULO 4 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Qualquer cidadão ou licitante poderá apresentar impugnação aos termos do edital ou solicitar esclarecimentos até dois dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação, a qual será julgada em até um dia útil. Decairá do direito de impugnar a licitante que não observar o prazo fixado e quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo serão recebidas como pedidos de esclarecimentos.

4.2. Eventuais impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formulados por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone, no horário das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

4.3. As respostas aos esclarecimentos e impugnações integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites www.tjpr.jus.br/editais e www.licitacoes-e.com.br.

4.3.1. Orientamos a interessada a efetuar o download do edital no site www.tjpr.jus.br/editais para obter aviso automático de todas as atualizações.

CAPÍTULO 5 - DO CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante deverá estar previamente credenciada no sistema de licitações do Banco do Brasil S.A. e dispor de chave de identificação e senha, sendo esta de sua exclusiva responsabilidade, não cabendo ao Tribunal de Justiça responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido do sistema, ainda que por terceiros.

5.1.1. Demais informações poderão ser obtidas diretamente no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br ou pelos telefones 3003-0500 – capitais e regiões metropolitanas ou 0800-729-0500 – demais localidades.

5.2. O credenciamento perante o provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão.

5.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente pela licitante ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

5.4. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e documentos, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

CAPÍTULO 6 - DA PARTICIPAÇÃO

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de empresas:

- a) com seus cadastros suspensos ou cancelados e/ou que tenham sido declaradas na forma do inciso V do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- b) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007, enquanto durar a penalidade;
- c) punidas com a sanção prevista na letra anterior (b), durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado do Paraná, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- d) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002;
- e) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, enquanto durar a penalidade;
- f) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- g) estejam constituídas sob a forma de consórcio.
- h) sociedades estrangeiras que não funcionem regularmente no país.

6.2.1. Não poderão participar, ainda, direta ou indiretamente, os interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 16 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e quem estiver condenado por improbidade administrativa nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3. Para participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. Caso a manifestação se mostre inverídica, a licitante será desclassificada ou inabilitada e ficará sujeita às sanções previstas neste edital e nos artigos 150 e seguintes do Capítulo V da Lei Estadual nº 15.608/2007.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que se identificarem como ME ou EPP no campo apropriado do sistema.

6.4.1. É de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento como ME ou EPP no sistema eletrônico.

6.5. Recomenda-se à(s) licitante(s) interessada(s) em participar do certame a vistoria in loco ao(s) imóvel(is) onde serão realizados os serviços, para melhor formulação de

suas propostas de acordo com as necessidades locais, com vistas à efetiva prestação dos serviços.

6.5.1. A visita poderá ser realizada até um (01) dia útil antes da data de abertura do certame, mediante hora marcada a ser agendada em horário de atendimento, das 12:00 (doze) às 19:00 (dezenove) horas, com a Divisão de Manutenção do TJPR, pelo e-mail jonas@tjpr.jus.br ou pelos telefones (41) 4502-6113.

6.5.2. A(s) licitante(s) e/ou a vencedora, não poderá(ão) eximir-se da responsabilidade assumida com a apresentação da proposta, nem do fiel cumprimento do contrato, alegando desconhecimento do imóvel em questão, ou das condições e peculiaridades do mesmo.

CAPÍTULO 7 – DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. O cadastro da proposta no sistema licitações-e deverá ser feito no “Menu Opções da Licitação”, opção “Oferecer Proposta”, contendo:

a) o valor proposto, resultante da aplicação de percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo previsto no Capítulo 3 deste Edital, cotado em moeda nacional com no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00).

a.1) Considerando que o critério de julgamento do presente pregão é o menor preço/menor percentual de desconto, o desconto a ser ofertado pelas licitantes também deverá observar o máximo de duas casas decimais após a vírgula (0,00%), a fim de se evitar incongruências quando da aplicação do desconto e/ou divergências caso necessário o arredondamento dos preços.

7.1.1. Não haverá necessidade de apresentação de valor unitário para cada item da planilha quantitativa em anexo, uma vez que do valor proposto pela empresa será extraído o respectivo percentual de desconto em relação ao valor máximo da licitação, o qual será aplicado linearmente para todos os itens do mencionado Anexo.

7.1.2) No preço proposto deverão ser considerados todos os elementos relativos a realização dos serviços, tais como transportes, materiais e armazenamento, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos fiscais, tributos, seguros, tarifas de água e luz, licenças, alvarás e outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

7.1.3. A proposta cadastrada no sistema não deve conter nenhuma identificação da licitante proponente (tais como nome, CNPJ, site da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

7.1.4. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2. Após cadastrar o valor do lote, a licitante deverá clicar no botão “Estou Ciente” para enviar os documentos abaixo na opção “incluir anexo do lote”, sob pena de desclassificação:

a) proposta assinada, contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo em anexo** (disponível para download no site <https://www.tjpr.jus.br/editais>);

a.1) na hipótese da proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato;

b) declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital, conforme o **modelo em anexo**;

c) declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o **modelo em anexo**;

c.1) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação SIMPLES NACIONAL;

d) declaração conforme **modelo em anexo** de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos;

e) documentação de habilitação, conforme previsto no Capítulo 13 do edital.

7.2.1. A identificação da licitante na documentação mencionada na fase do item 7.2 é obrigatória e não viola a disposição contida no item 7.1.1.

7.3. A arrematante que estiver cadastrada no SICAF fica dispensada de juntar os documentos de habilitação contidos no referido sistema que estejam dentro do seu prazo de validade.

7.3. 1. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

7.3.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" ou "incluir anexo do lote" do sistema www.licitacoes-e.com.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

7.3.4. Caso solicitado o envio dos originais ou cópia autenticada dos documentos, estes deverão ser encaminhados aos cuidados da Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, no endereço Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-190.

7.4. A licitante poderá, até a data e hora definidas para a abertura da sessão pública, excluir ou substituir a proposta e os documentos inseridos no sistema.

7.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital, em especial:

a) Inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame, e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores;

b) Prazo de validade da proposta não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame;

c) Prazo de início da prestação de serviços deverá iniciar a partir do recebimento ou da data estabelecida na Ordem de Execução de Serviço ou da data estabelecida quando do envio da Nota de Empenho,

d) os preços ofertados deverão refletir o preço CIF de mercado, ou seja, abrangendo todas as despesas que incidirem sobre eles, tais como, seguro, impostos, taxas, fretes, etc., e todas as obrigações previstas no Termo de Referência, especificações técnicas e na minuta contratual, em anexo;

e) no caso de a aquisição ou prestação de serviço, objeto desta licitação, ocorrer de fornecedor paranaense, ou seja, em operação interna, deverá ser praticada com isenção do ICMS, conforme dispõe o item 121 do Anexo I – Isenções, do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.080/2012, editado com amparo no Convênio ICMS nº 26/2003, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, conforme endereço eletrônico <https://goo.gl/PeiX7Y>.

f) todos os produtos cotados deverão ser de 1ª linha / qualidade.

7.6. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

CAPÍTULO 8 – DA ABERTURA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. A partir do horário e dia referido no preâmbulo terá início a sessão pública do pregão com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lance, quando o Pregoeiro avaliará a aceitabilidade das propostas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

8.4. Após definida a classificação da(s) proponente(s), seu(s) representante(s) deverá(ão) estar conectado(s) na "Sala de Disputa" do sistema para participar da sessão de lances.

CAPÍTULO 9 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à etapa competitiva, momento a partir do qual os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2. Para efeito de lances, será considerado o **MODO DE DISPUTA ABERTO e considerado o preço global**, obtido da aplicação do percentual de desconto ofertado sobre o valor máximo da ata estabelecido no Capítulo 3 deste Edital, consignado na proposta.

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.4.1. A diferença entre os lances enviados não poderá ser inferior a R\$ 8.646,00 (oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais) e incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.4.2. O intervalo entre os lances intermediários enviados pela mesma licitante e entre os lances que reduzam a melhor proposta apresentada não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.

9.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.6. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.

9.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital da Lei Estadual nº 15.608/2007.

9.8. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances, que continuarão sendo recebidos. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício após comunicação expressa às participantes.

9.9. A fase de lances terá a duração de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração inicialmente previsto.

9.9.1. A prorrogação automática de que trata o subitem anterior terá duração de 02 (dois) minutos, período este que será renovado sucessivamente sempre que houver lances antes de seu término, inclusive lances intermediários.

9.9.2. Caso não sejam ofertados novos lances no prazo de 02 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.9.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, mediante justificativa e em prol da consecução do melhor preço, admitir o reinício da fase de lances.

9.10. Para os lotes não destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte, após a conclusão da etapa de lances, o sistema detectará a existência da situação de empate ficto e convocará, na ordem de classificação, a ME ou EPP para apresentar nova proposta de preço inferior ao menor lance registrado, no prazo de 05 (cinco) minutos. Não havendo manifestação da licitante convocada, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática.

9.10.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que o valor da proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, desde que esta não esteja enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

9.10.2. A situação de empate ficto será reapreciada sempre que houver desclassificação ou inabilitação da licitante melhor classificada, ou quando for chamada a licitante remanescente. Nesta hipótese, a licitante será convocada via sistema para apresentar proposta até às 19:00h do primeiro dia útil seguinte.

9.11. Após verificação do empate ficto e caso persista a situação, será adotado como critério de desempate, sucessivamente, a preferência por bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.12. Na hipótese de persistir o empate após a aplicação dos critérios do item acima, a proposta vencedora será obtida mediante sorteio.

CAPÍTULO 10 - DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto, o Pregoeiro encaminhará contraproposta diretamente à licitante detentora do lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor preço.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Concluída a negociação o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo para a contratação.

CAPÍTULO 11 - DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA

11.1. A arrematante deverá anexar ao sistema www.licitacoes-e.com.br por meio da opção “Enviar Anexo”, até as 19:00h do primeiro dia útil seguinte ao encerramento da etapa de lances, a proposta recomposta assinada contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do **modelo em anexo** (disponível para download no site <https://www.tjpr.jus.br/editais>);

11.2. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta cadastral da empresa (Portal da Transparência do Governo Federal, TCU, SICAF, SIMPLES NACIONAL, GMS/PR, TCE/PR e Hermes/TJ-PR), bem como do sócio majoritário no cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade (CNIA/CNJ).

11.2.1. Será ainda consultada a situação da licitante no Cadastro Informativo Estadual – CADIN para verificar eventual impedimento de contratar e receber pagamentos.

11.3. A licitante poderá se cadastrar junto ao sistema SEI-TJPR, por meio do endereço <https://sei.tjpr.jus.br/externo>, o qual será utilizado para assinatura de documentos relativos à contratação, futuras comunicações e ciência de outros atos decorrentes desta licitação.

11.3.1. Também serão considerados idôneos para todas as comunicações os meios indicados pela arrematante na sua proposta (telefone, endereço para correspondência e e-mail que deve ser acessado nos dias úteis).

11.4. Dentro do prazo fixado no item 11.1 poderá ocorrer o saneamento de falhas, complementação de insuficiências ou ainda de correções de caráter formal relativos à proposta recomposta e documentos de habilitação. Excepcionalmente, o prazo poderá ser prorrogado à critério do Pregoeiro, mediante justificativa, em virtude da complexidade e/ou da quantidade de lotes da licitação.

11.4.1. É vedada a inclusão de documento que deveria constar originariamente da proposta inicial no prazo previsto no item 11.4.

CAPÍTULO 12 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO/MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** em relação ao valor máximo estabelecido no Capítulo 3 deste Edital,

12.1.1. Na hipótese de discrepância entre os preços unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os de menor valor.

12.2. Será desclassificada a proposta:

- a) formulada por quem esteja impedida participar do certame;
- b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;
- c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;
- d) com preços superiores aos valores máximos fixados, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná, ou preços manifestamente inexequíveis, observados os termos do art. 89 da Lei Estadual n.º 15.608/07 e

artigo 48, da Lei n.º 8.666/93;

- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste Edital;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

12.3. No caso de desclassificação será examinada a subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

12.4. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.

12.5. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal do TJ/PR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.6. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

CAPÍTULO 13 - DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) qualificação econômico-financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

13.2. Para Comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) cópia do Contrato Social (ou instrumento equivalente - tais como estatuto social ou requerimento de empresário) com alterações e consolidação em vigor.

13.3. Para Comprovação da **REGULARIDADE FISCAL** e trabalhista que não estejam disponíveis em consulta pública na internet:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da arrematante;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);
- e) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

13.4. Para Comprovação da **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**:

a) A certidão negativa de falência ou recuperação judicial deve ser expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 6º da IN 59/2021 (doc. nº 6555760).

b) Apresentação de Declaração de Patrimônio Líquido Vinculado (PLV) conforme modelo em anexo (Declaração da relação dos compromissos assumidos pela licitante, tanto com órgãos públicos como também com particulares, que importem diminuição da Disponibilidade Líquida Patrimonial – DLP).

b.1) Os Contratos e eventuais Termos Aditivos, celebrados ou com início de vigência nos 30 dias anteriores à abertura deste certame, que porventura não sejam declarados, não serão causa de inabilitação.

c) Demonstração de Patrimônio Líquido Atual. Será considerado como Patrimônio Líquido atual da empresa o valor apurado no período menor ou igual a 90 (noventa) dias que antecedem a abertura dos invólucros nº 1 – Proposta de Preços, e deverá ser demonstrado em quadro próprio assinado pelo contabilista responsável e pelo titular da empresa.

c.1) O quadro a que se refere o item “c” deverá conter todos os elementos que compõem o Patrimônio Líquido da licitante e encaminhado juntamente com os documentos relacionados no item “d”, conforme modelo referencial abaixo:

MODELO DE DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATUAL	
Nome da Empresa: _____	
CNPJ: _____	
Data de apuração __/__/__ (não inferior a 90 dias da abertura dos invólucros).	
CONTAS	Valor (em reais)
Capital social	\$
Reservas de capital	\$
Ajustes de avaliação patrimonial	\$
Reservas de lucros	\$
Ações em tesouraria	\$
Prejuízos acumulados	\$
Outros: Especificar	\$
(=) TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	\$
Proprietário/titular da empresa	Contador / CRC

d) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, já exigíveis na data da abertura da licitação, assinados por Contabilista, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que, a memória de cálculo deverá ser apresentada com duas casas decimais, desprezando-se as demais.

d.2) Todos os demonstrativos devem vir acompanhados dos termos de abertura e encerramento do livro diário, apresentados em cópia autenticada e registrados na Junta Comercial ou em outro órgão equivalente, com assinatura do contabilista responsável devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade com CRC ativo e também a assinatura do titular da empresa;

d.3) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital poderão apresentar: balanço patrimonial e o demonstrativo de resultado do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED) e recibo de entrega de livro digital na Receita Federal;

d.4) Nos casos de empresa recém constituída, deverá apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

e) A licitante deverá apresentar Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,00 (um), Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00 (um) e Grau de Endividamento Total igual ou inferior a 2,00 (dois). Na ocorrência de algum equívoco na elaboração destes cálculos, tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a correção dos mesmos, não será motivo de inabilitação.

e.1) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento Total (GET), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$GET = \frac{PC + PNC}{PL}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Em que:

AC – Ativo Circulante;

RLP – Realizável a Longo Prazo (subgrupo do Ativo Não-Circulante);

PC – Passivo Circulante;

PNC – Passivo Não Circulante;

PL – Patrimônio Líquido.

f) Comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo da licitação.

g) As empresas deverão apresentar o Capital Circulante Líquido – CCL (diferença entre o Ativo Circulante e Passivo Circulante) não inferior a 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do valor máximo previsto para a contratação, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

Ativo Circulante – Passivo Circulante

$$CCL = \left(\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}}{\text{Valor máximo da contratação}} \right) \times 100$$

h) Comprovação de Disponibilidade Líquida Patrimonial (DLP), que deverá ser igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor máximo da licitação, resultantes da aplicação da seguinte fórmula:

$$DLP = \left[\frac{PL_1 + PL_2}{2} \right] - \sum PLV$$

Em que:

DPL = Disponibilidade Líquida Patrimonial

PL1 = Patrimônio Líquido entregue com a documentação de habilitação.

PL2 = Patrimônio Líquido Atual da Empresa conforme item "c"

PLV = Patrimônio Líquido Vinculado conforme modelo em Anexo.

i) A ocorrência de algum equívoco na elaboração dos cálculos dos itens "e" e "g", tendo a licitante fornecido dados que possibilitem a devida correção, não será motivo de inabilitação;

j) Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal n.º 9.964 de 10/04/2000;

13.5. Para Comprovação da **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

a) Termo de Nomeação, assinado por todos os profissionais indicados, conforme modelo em ANEXO, devendo constar:

I - 01 (um) Profissional de nível superior, graduado em Engenharia Mecânica, devidamente habilitado e registrado no CREA, a ser designado como Responsável Técnico pelas competências definidas pelo seu conselho de classe para a execução do objeto deste edital, pertencente ao quadro de responsáveis técnicos da empresa, que deverá se reportar diretamente ao Engenheiro responsável do Departamento de engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça ao Juiz Diretor do Fórum ou servidor designado para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada pela CONTRATADA.;

II - 01 (um) Profissional de nível superior, devidamente habilitado e registrado no seu conselho de classe competente, a ser designado como responsável técnico pela Segurança do Trabalho para a execução do objeto deste edital; e

III - 01 (um) Engenheiro Eletricista devidamente habilitado e registrado no seu conselho de classe, ou 1 (um) Técnico em Eletrotécnica devidamente habilitado e registrado no seu conselho de classe, ou 1 (um) Técnico em Eletromecânica devidamente habilitado e registrado no seu conselho de classe, a ser(em) designado(s) como responsável(is) técnico(s) pelas competências definidas pelo seu respectivo conselho de classe para a execução do objeto deste edital;

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Certidão de Registro de Empresa junto ao CAU, dentro do prazo legal de sua vigência, onde conte o nome do profissional nomeado na alínea "a", inciso "I", no quadro de responsáveis técnicos da empresa;

c) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, referente aos responsáveis técnicos de engenharia e Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CAU, referente aos responsáveis técnicos de arquitetura, dentro do prazo legal de sua vigência;

c.1) O vínculo contratual ou empregatício dos profissionais nomeados deverá ser demonstrado até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, por meio de um destes documentos: Contrato Social (no caso de sócio da empresa), CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços.

c.2) Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no presente edital, a serem submetidos à análise e aprovação do Tribunal de Justiça.

d) No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

e) Apresentar Certidões de Acervo Técnico – CAT, aonde conste o nome da **empresa** licitante como executora, emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, de obras/serviços executados pela empresa que comprovem a execução de serviços de Instalação ou Manutenção de equipamentos de Climatização de Ar de acordo com os sub-itens a seguir:

e.1) Para a Empresa (capacitação técnico-operacional) e para o Responsável Técnico (capacitação técnico-profissional):

a) Apresentação de até 2 CAT´s que somadas perfaçam o total de 397,5 TR´s de execução de Instalação ou Manutenção de Sistema de Ar Condicionado Central do tipo Água Gelada;

b) Apresentação de até 2 CAT´s que somadas perfaçam o total de 696 TR´s de execução de Instalação ou Manutenção de Sistema de Ar Condicionado Central tipo VRF;

e.1) Para fins de comprovação do item “e”, subitens “a” e “b” não será aceita apresentação de CAT de instalação e CAT de manutenção correspondente ao mesmo local;

e.2) As Certidões de Acervo Técnico emitidas sem Atestado de Capacidade Técnica, deverão discriminar todas as exigências técnicas elencadas acima.

e.2) Nos casos de Certidões de Acervo Técnico emitidas com Atestado de Capacidade Técnica, este deverá também ser apresentado, devidamente firmado pelo contratante do projeto (público ou particular) e chancelado pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU);

e.3) A empresa licitante deverá comprovar atendimento ao item “e”, mediante uma ou mais Certidões de Acervo Técnico e/ou Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar tal aptidão;

OBSERVAÇÃO: OS ACERVOS E ATESTADOS APRESENTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (DA EMPRESA), ONDE DEVE CONSTAR O NOME DA LICITANTE COMO EMPRESA EXECUTORA, IRÁ SE RESTRINGIR ÀS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA OS QUAIS FORAM EMITIDOS ESTES ACERVOS E ATESTADOS. ASSIM, POR EXEMPLO, OS ATESTADOS E ACERVOS EMITIDOS EM NOME DE UM ENGENHEIRO CIVIL (NO QUAL CONSTE O NOME DA EMPRESA LICITANTE COMO A EXECUTORA) IRÁ SE RESTRINGIR AOS SERVIÇOS QUE SÃO DE COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÃO DO ENGENHEIRO CIVIL, SENDO IGNORADOS, OS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE SUBESTAÇÃO OU EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO OU PONTOS DE CABEAMENTO ESTRUTURADO, ETC CASO ESTES ESTEJAM INCLUÍDOS NA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.

e.4) Os documentos solicitados a serem apresentados em nome dos profissionais indicados como responsáveis técnicos constituem comprovação de capacitação técnico-profissional, e os documentos solicitados a serem apresentados em nome da empresa constituem comprovação de capacitação técnico-operacional.

e.5) Nos atestados em que o licitante conste como consorciado, serão consideradas as quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente na documentação o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pelo licitante, o atestado não será considerado.

e.6) Em caso de divergência entre os dados de comprovação de qualificação técnica constantes na Certidão de Acervo Técnico e no respectivo Atestado de Capacidade Técnica, prevalecerá aquela que indicar o menor valor numérico.

e.7) O Atestado de Capacidade Técnica serve para comprovar a execução dos serviços discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada, que pode conter características, quantidades, prazos e níveis de satisfação de modo a complementar, caso necessário, o constante na Certidão de Acervo Técnico.

13.6. Para comprovação DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

a) declaração conforme modelo em anexo de que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

13.7. A habilitação da arrematante cadastrada no SICAF será verificada por consulta aos documentos abrangidos pelo sistema e por meio de documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos de habilitação previstos neste capítulo, a ser anexada no sistema www.licitacoes-e.com.br, nos termos deste edital.

13.7.1 Os documentos abrangidos pelo SICAF são os relativos a:

- a)** habilitação jurídica, exceto comprovação de legitimidade para assinatura de propostas e contratos de seu representante legal ou procurador;
- b)** regularidade fiscal e trabalhista;
- c)** qualificação econômico-financeira;
- d)** qualificação técnica.

13.7.1.1 A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.8. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

13.9. Nos casos de licitação fracassada quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá conceder prazo para apresentação de novas propostas na forma do §3º do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CAPÍTULO 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no *site* do Banco do Brasil S.A para a participação do certame.

14.1.1. O CNPJ que deve constar nas certidões será da matriz, se o licitante for a matriz;

14.1.2. O CNPJ que deve constar nas certidões será da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA);

14.1.3. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou lote respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Havendo alguma irregularidade ou restrição quanto aos documentos para prova de regularidade fiscal e trabalhista, das microempresas e as empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de cinco dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Para fins de habilitação, serão aceitos documentos autenticados nos casos em que a sua veracidade não possa ser comprovada via internet.

14.4.1. O Pregoeiro poderá sanar irregularidade de habilitação se ausente ou vencido documento disponível em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, nos termos do art. 64, §4º, da Lei 15.608/07.

14.5. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o pregoeiro a declarará vencedora e, não havendo manifestação de recurso, poderá o pregoeiro adjudicar-lhe o objeto.

14.5.1. A comissão de licitação deverá solicitar à vencedora o cadastro obrigatório de usuário externo junto ao sistema SEI-TJPR.

14.6. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

14.7. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da habilitação, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia.

CAPÍTULO 15 - DOS RECURSOS

15.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema e de forma motivada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de decadência do direito.

15.2. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licit@tjpr.jus.br.

15.3. As razões e contrarrazões deverão ser protocolizadas por meio de formulário eletrônico disponível no endereço <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin>, no site do Banco do Brasil em anexo de proposta ou fisicamente na Divisão de Protocolo

Administrativo do Tribunal de Justiça (Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba PR, CEP 80.030-901), observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis.

15.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o pregoeiro terá até 5 (cinco) dias para:

- a) Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- b) Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- c) Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora, que terá 5 (cinco) dias úteis para decidir.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15.7. Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

CAPÍTULO 16 - DAS PENALIDADES

16. A licitante que incorrer em infrações administrativas sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, com relação às infrações previstas neste edital, cometidas no processo licitatório;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e) sanções previstas na minuta contratual às infrações cometidas na fase de execução contratual;
- f) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

16.2. A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

16.3. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação.

16.4. Ficam estipuladas as seguintes multas:

16.4.1 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta, nas hipóteses:

16.4.1.1 a quem, quando solicitado, não entregar a documentação exigida para o certame, deixar de apresentar documento na fase de saneamento ou pré-contratual;

16.4.1.2 por não manter a proposta, deixar de assinar a ata de registro de preços, contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente;

16.4.1.3 por apresentar declaração falsa e/ou documento falso;

16.4.1.4 por fazer declaração falsa na fase de habilitação;

16.4.2 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do pedido por deixar de assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços;

16.5. Fica estipulada a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, na hipótese de:

16.5.1. Recusa injustificada, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

16.5.2. Não manter sua proposta;

16.5.3. O licitante vencedor não reunir os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, nos termos do §3º do art. 84 da Lei nº 15.608/07.

16.6. Nas hipóteses do item 13.5, "a", será aplicada cumulativamente multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta.

16.7. A aplicação da sanção nas hipóteses previstas no item 13.5 deve observar o prazo de duração de no máximo 02 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, observado o disposto no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.7.1. Quando a participante for punida com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibida de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior, nos termos do art. 155 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por até 5 (cinco) anos, será aplicada nas hipóteses em que o licitante:

16.8.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

16.8.2. Apresentar documento falso;

16.8.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

16.8.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

16.9. A conduta que seja considerada comportamento inidôneo e que não se enquadre em qualquer das condutas dispostas no presente capítulo estarão sujeitas às penas do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

16.10. Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/07.

16.10.1. A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer licitação promovida por este Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

16.11. As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

16.11.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios (art. 158, I da Lei Estadual 15.608/07);

16.11.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior (art. 158, II da Lei Estadual 15.608/07).

16.12. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

16.12.1. As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

16.12.1. Após a regular tramitação do procedimento descrito no *caput* e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

16.12.1.1. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

16.13. Qualquer multa ou encargo imputado à empresa, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

16.14. As disposições do Capítulo de Penalidades não excluem a responsabilização da licitante por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

16.15. Quando a conduta da empresa acarretar na frustração do certame deverá ressarcir o Tribunal de Justiça no valor correspondente ao custo do processo de licitação, sem embargo de indenização suplementar caso o prejuízo exceda à referida quantia.

CAPÍTULO 17 - DO CONTRATO

17.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada por termo de contrato, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período a critério deste Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

17.2. Como condição para celebração do contrato a adjudicatária deverá:

- a)** manter as condições de habilitação;
- b)** não possuir fato impeditivo perante os cadastros do (Portal da Transparência do Governo Federal, TCU, SICAF, GMS/PR, TCE/PR e Hermes/TJ-PR);
- c)** não possuir registro no Cadastro Informativo Estadual – CADIN, nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 18.466/2015, c/c. art. 7º do Decreto Estadual nº 1.933/2015.

17.3. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, todas as condições estabelecidas neste edital, na proposta da adjudicatária e na minuta Contratual em anexo.

17.4. Em caso de recusa ou impossibilidade da adjudicatária em assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, realizar os serviços, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como poderá convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos deste edital e feita a negociação, contratar com a Administração.

17.5. O contrato objeto do certame terá início a partir da emissão da Ordem de Execução dos Serviços, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse da Administração Pública.

17.6. É obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.7. Os requerimentos ou manifestações da vencedora/contratada, referentes à execução do objeto (por ex: alteração de marcas, prorrogação de prazos, etc), deverão ser devidamente motivados, instruídos com documentos hábeis e protocolizados antes do término do prazo de entrega mediante formulário eletrônico disponível no endereço <https://goo.gl/qFjpC2> ou fisicamente na Divisão de Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça (Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.030-901), observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis.

CAPÍTULO 18 - DA LEI ANTICORRUPÇÃO

18.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

CAPÍTULO 19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

19.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação:

- a)** promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;
- b)** relevar erros materiais, formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;
- c)** convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

19.3. A homologação do julgamento caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá, em despacho circunstanciado e no interesse público, presentes os requisitos legais, revogar a licitação ou anulá-la na hipótese de ilegalidade, sem que caiba ao licitante direito a indenização.

19.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e no contrato exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme prescreve o artigo 163 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

19.4.1. Só iniciam e vencem os prazos em dia de expediente na Secretaria do Tribunal de Justiça, verificável através do endereço <https://www.tjpr.jus.br/calendario>.

19.5. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir eventuais pendências oriundas do presente pregão, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.6. Fica entendido que o presente Edital e todos os seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição que se mencione em um, e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

19.7. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a Lei Federal nº13609/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

Curitiba, 29 de novembro de 2021.

ENG.º REGINALDO MENDES JÚNIOR

Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXOS A ESTE EDITAL OS QUAIS FAZEM PARTE INTEGRANTE DO MESMO

Anexo I	-	TERMO DE REFERÊNCIA contendo Especificações Técnicas dos Equipamentos, Caderno de Encargos, Cronograma, Planilha Quantitativa – Orçamentária, Relação das Comarcas, Acordo de Nível de Serviço, MODELOS de atestados de execução de serviços e demais documentos
Anexo II	-	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	-	Modelo de declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital. (Capítulo 7, item 7.2)
Anexo IV	-	Declaração de não utilização de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres (Capítulo 13.6)
Anexo V	-	Modelo de Termo de Nomeação
Anexo VI	-	Modelo de Declaração ME e EPP
Anexo VII	-	Declaração de Patrimônio Líquido Vinculado
Anexo VIII	-	Modelo de Minuta Contratual

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA contendo Especificações Técnicas dos Equipamentos, Caderno de Encargos, Cronograma, Planilha Quantitativa – Orçamentária, Relação das Comarcas, Acordo de Nível de Serviço, atestados de execução de serviços e demais documentos.

- O termo de referência está na Cota 7041631 DEA-DM
- Os elementos técnicos estarão disponíveis para *download* no *site* do Tribunal de Justiça, www.tjpr.jus.br/editais e www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais ou através do endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/editais>.
- A responsabilidade pela impressão dos elementos técnicos é da empresa licitante.

ANEXO II (MODELO PROPOSTA DE PREÇOS)**PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2021

PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social da Proponente:

C.N.P.J.:

Endereço:

Telefone:

Nome do Representante:

1) Pela presente, declaro inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Estadual nº 15.608/07 e às cláusulas e condições para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2021.

2) Proponho executar os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS, DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO CENTRAL E A MANUTENÇÃO CORRETIVA EVENTUAL (POR DEMANDA) DOS EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS, NOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA conforme especificações e encargos estabelecidos neste Edital – pelo preço ANUAL, a seguir indicado, obedecendo às condições do ato convocatório e asseverando que em caso de divergência dos preços apresentados em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

3) O percentual de desconto para a presente proposta é de XX,XX% sobre o valor máximo ANUAL estabelecido neste Edital, resultando no total de R\$ (por extenso).

4) Prestação de serviços pelo período de 12 (doze) meses.

Atenciosamente,

_____, ____ de _____ de 20__.

Nome e assinatura do representante da empresa
(Empresa Proponente)

Endereços:

CNPJ:

OBS. Deverá ser feita em folha timbrada com o nome da empresa, preferencialmente.

ANEXO III

D E C L A R A Ç Ã O
(MODELO – Capítulo 7.2)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 75/2021, sob as penas da Lei e do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame quanto a participar ou não da licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame antes da adjudicação do objeto da licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas;

f) não irá contratar para prestação do serviço, objeto deste certame, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 09/05 do Conselho Nacional de Justiça;

g) não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

h) está plenamente ciente de que a existência de registro no CADIN/PR impede a contratação com este Tribunal de Justiça, nos termos do disposto na Lei Estadual nº. 18.466/2015;

i) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR poderá ser utilizado como meio válido para quaisquer comunicações, intimações e assinaturas decorrentes desta licitação, dos procedimentos administrativos e da contratação;

j) está plenamente ciente de que é de sua exclusiva responsabilidade como cadastrado e usuário externo do sistema SEI-TJPR o sigilo da senha de acesso, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido e que deverá comunicar imediatamente este Tribunal sobre a perda da senha ou a quebra de sigilo, para imediato bloqueio de acesso; e

k) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR implicará em responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade e poderes conferidos para realização das transações inerentes aos documentos assinados.

l) em cumprimento ao disposto no inc. I do art. 7º da Lei nº 13.709/2018, por meio de seu representante legal, **DECLARA para os fins do presente procedimento licitatório, que consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais (nome, RG e CPF) para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e em atendimento a Lei nº 12.527/2011 e ao princípio constitucional da publicidade.**

Em _____ de _____ de _____.

Nome e C.P.F. do representante legal

ANEXO IV**Declaração de cumprimento ao disposto
no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Capítulo 13.6)**

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, **DECLARA**
para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 75/2021, não utilizar mão de obra direta
ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos,
perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra
direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz
a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determinação Constitucional.

Cidade, ____ de _____ de 20__.

Nome e C.P.F. do
representante Legal

ANEXO V

**TERMO DE NOMEAÇÃO
AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2021**

Atendendo a determinação do item 13.5.a do Capítulo 13 – DA HABILITAÇÃO, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, declara para os devidos fins que o profissional abaixo relacionado será o responsável pelos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, de equipamentos de climatização de ar condicionado central e a manutenção corretiva eventual (por demanda) dos equipamentos individuais, nos prédios do Tribunal de Justiça:

Habilitação	Nome	Área	CREA	Vínculo	Assinatura
Engenheiro Mecânico Responsável Técnico					
Engenheiro Responsável Técnico pela Segurança do Trabalho					
Engenheiro Eletricista, ou técnico em eletrotécnica, ou técnico em eletromecânica					

Declara, ainda, que:

- se houver modificação do quadro, o Tribunal de Justiça será imediatamente comunicado, sendo que o substituto deverá apresentar a mesma qualificação técnica exigida na licitação e aceito pelo CONTRATANTE.

O profissional acima nominado firma a presente declaração, comprometendo-se a participar permanentemente, pela empresa, dos serviços objeto da licitação, ciente e de acordo com as cláusulas expressas na minuta do contrato, ao qual se sujeitam em conformidade com as condições estabelecidas no presente Pregão Eletrônico.

_____, ____ de _____ de 20__.

Nome e Assinatura do Representante

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, **DECLARA** para os fins do presente Pregão Eletrônico nº 75/2021, sob as penas da Lei e do art. 299 do Código Penal Brasileiro que é _____ [MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL] nos termos da legislação vigente e **NÃO POSSUI** nenhum dos impedimentos previstos na Lei Complementar n. 123/2006, artigo 3º § 4º.

DECLARA, por fim, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação da empresa no certame e tem ciência da OBRIGATORIEDADE DE DECLARAR ocorrências posteriores, inclusive fatos impeditivos e eventual incorrência nas condições de desenquadramento como _____ [microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual].

Cidade, ____ de _____ de 20__.

Nome e C.P.F. do
representante Legal

ANEXO VII- DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO VINCULADO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2021**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS, E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO CENTRAL E A MANUTENÇÃO CORRETIVA EVENTUAL (POR DEMANDA) DOS EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS, NOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECLARAMOS, nos termos do § 5º do art. 31 da Lei Federal 8.666/93 e § 4º do art. 77 da Lei Estadual nº 15.608/07, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica inscrita no CNPJ (MF) nº, estabelecida à, por mim legalmente representada, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública.

DECLARAMOS, ainda que relacionamos todos os compromissos (contratos) assumidos pela nossa empresa, sob pena de não ser aceita esta declaração.

DECLARAMOS ainda, que os cálculos demonstrativos, da disponibilidade de Patrimônio Líquido (PL) – Cálculo do Saldo Contratual (SC), por nós preenchidos, para o presente processo licitatório, são os que abaixo se seguem:

CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

Item	Nº do Contrato	Obra ou Serviços	Contratante	Valor Total da Contratação (a)	Valor faturado (b)	Saldo Contratual c = (a - b)	Patrimônio Líquido vinculado * PLV= c x 10%
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
7.							
8.							
9.							
10.							
Σ PLV							

* Para fins deste certame será considerado 10% da diferença entre o valor total e o valor faturado de cada contrato.

_____, de _____ de 20__.

Nome e Assinatura do Representante

RG:

Cargo:

OBS. Em papel timbrado da Licitante.

A Declaração deverá ser assinada pelo representante do licitante com poderes para tanto, devendo ser apresentado o instrumento de procuração caso não seja um dos sócios.

A não apresentação desta Declaração implicará na imediata desclassificação da Licitante.

A tabela poderá ser ampliada para a declaração de outros compromissos acima de 10 (dez).

ANEXO VIII

Contrato nº ____/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA _____, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS, E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO CENTRAL E A MANUTENÇÃO CORRETIVA EVENTUAL (POR DEMANDA) DOS EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS, NOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Na data da última assinatura eletrônica constante neste documento, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, Palácio da Justiça, sede do PODER JUDICIÁRIO, Centro Cívico, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ nº 77.821.841/0001-94, representado neste ato por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador _____, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, daqui por diante denominada CONTRATADA, estabelecida na cidade de _____, na rua _____, nº _____, inscrita no CNPJ nº _____ legalmente representada por _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, na rua _____, nº _____, bairro _____, firmam o presente contrato, regido pela Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Federal nº 8.666/93 e legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições adiante discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA executará a prestação de serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS, E OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO CENTRAL E A MANUTENÇÃO CORRETIVA EVENTUAL (POR DEMANDA) DOS EQUIPAMENTOS INDIVIDUAIS, NOS PRÉDIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA dos equipamentos individuais, nos prédios do Tribunal de Justiça, de acordo com as discriminações constantes nos Anexos I, II e III deste instrumento contratual, bem como do contido no expediente protocolado na Secretaria do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA** sob nº 0116734-26.2021.8.16.6000, e edital de Pregão Eletrônico nº 75/2021, que fazem parte do presente termo.

Parágrafo Único: Compõem a área de abrangência as Comarcas indicadas no Anexo III do presente contrato.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor anual do presente contrato é de R\$ _____ (_____), de acordo com a proposta apresentada pela empresa em às fls. _____.

Parágrafo Primeiro: Os valores mensais para a execução dos serviços em cada Comarca foram extraídos do percentual de desconto ofertado em relação ao valor máximo da licitação (Pregão Eletrônico nº XX/2021) e encontram-se discriminados no Anexo I do edital de pregão eletrônico nº XX/2021).

Parágrafo Segundo: Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, sendo abatidos das faturas aqueles não realizados e requeridos.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato terá início a partir da data estabelecida na Ordem de Execução dos Serviços, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse da Administração Pública.

Parágrafo Primeiro: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** fornecerá o equipamento, o material e a mão-de-obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com os elementos técnicos indicados no Edital de PREGÃO Eletrônico N° 75/2021.

Parágrafo Segundo: No decorrer da execução da obra, a **CONTRATADA** submeter-se-á à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações constantes do protocolizado referido na cláusula primeira.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços e materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, sendo que a sua eventual inadimplência não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e/ou o uso e destinação dos serviços, exceto no que diz respeito aos encargos previdenciários, pelos quais o **CONTRATANTE** responde solidariamente com a **CONTRATADA**.

Parágrafo Sexto: As dúvidas técnicas que acaso surgirem no decorrer dos serviços, serão dirimidas, em conjunto, pelos responsáveis técnicos de ambas as partes e homologadas pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Sétimo: A **CONTRATADA** ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o **CONTRATANTE** responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **CONTRATADA**, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da **CONTRATADA**.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I- Unilateralmente, pelo **CONTRATANTE**:

- a) Quando houver necessidade de modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa dos serviços a serem executados, dentro dos limites previstos pelo parágrafo primeiro desta cláusula.

II- Por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução prevista pela cláusula nona;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação (execução dos serviços);

d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

§ Segundo: No caso de supressão de serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos efetivos de aquisição, regularmente comprovados e monetariamente corrigidos.

§ Terceiro: Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ Quarto: Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ Quinto: Se no decorrer dos serviços o **CONTRATANTE** ordenar a execução de serviços não previstos no orçamento inicial, porém necessários e imprescindíveis à perfeita execução do objeto deste contrato, ficarão tais serviços sujeitos ao regime de preços unitários vigentes à época da assinatura do mesmo.

§ Sexto: Na hipótese de aditamento de serviços que não tenham preços unitários contemplados na proposta inicial, os mesmos serão fixados mediante prévio acordo entre as partes em conformidade com preços praticados no mercado, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo primeiro desta cláusula.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA QUINTA: Em decorrência do presente contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

a) assegurar o livre acesso, aos técnicos devidamente credenciados pela **CONTRATADA**, às dependências das instalações do equipamento objeto deste contrato, dentro do horário normal de expediente forense.

b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA** e pertinentes ao objeto do presente Contrato;

c) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da(s) fatura(s) em dia.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SEXTA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato caberá à **CONTRATADA**:

a) Apresentar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, como condição para a expedição da Ordem de Execução de Serviços, os seguintes documentos:

a.1) Apresentar, até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, como condição para expedição da Ordem de Execução do Serviço as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) dos profissionais de nível superior responsáveis pela prestação de serviço devidamente quitadas. Caso a **CONTRATADA** bem como os profissionais nomeados seja(m) sediada(os) e/ou domiciliada(os) em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscrita(os) no CREA de origem, deverá(ão) apresentar o respectivo visto junto ao CREA do Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/66, em consonância com o artigo 1º da Resolução nº 413/97 do CONFEA;

a.2) Demonstração do vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais designados, mediante cópia da CTPS, Contrato Social, ou Contrato de Prestação de Serviços;

a.3) Garantia de execução prevista na Cláusula Décima Primeira do Contrato.

b) Apresentar até 1 (um) mês do início do contrato o PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle, de acordo com a Portaria 3523/98 do Ministério da Saúde, para cada prédio com ar condicionado central, com suas respectivas periodicidades de acordo com os serviços apresentados no Caderno de Encargos, sendo parte integrante do 1º Requerimento de Pagamento, o qual só será efetuado o pagamento com esse documento.;

c) Apresentar um Memorial Descritivo por prédio contendo as especificações de cada equipamento, onde conste o número da plaqueta patrimonial, marca, modelo, capacidade de refrigeração/aquecimento, ano de fabricação, nome da sala em que o aparelho está instalado e projeto as-built contendo a locação dos equipamentos. O prazo máximo para entrega de todos será de 4 (quatro) meses a partir da assinatura do contrato. Deverão ser incluídas fotografias dos equipamentos nos memoriais descritivos, sendo uma fotografia da evaporadora, uma da plaqueta e uma da condensadora. As possíveis irregularidades apresentadas nos equipamentos deverão ser indicadas no memorial descritivo, devendo ser incluídas imagens para comprovações. Em caso de não haver plaqueta deverá ser comunicada a Direção e a fiscalização da Contratante.

c.1) Em conjunto aos memoriais descritivos deverá ser entregue também as informações atualizadas dos equipamentos em uma planilha no software Excel (incluindo as informações: endereço do imóvel, nome da sala, número da plaqueta, modelo, marca, número de série, capacidade de refrigeração/aquecimento e ano de fabricação).

d) Para os equipamentos do tipo individual, a empresa deverá fazer a identificação das evaporadoras, condensadoras (podendo ser por numeração a ser utilizada no contrato de manutenção, devendo colar uma etiqueta de identificação impressa por rotulador eletrônico em cada evaporadora, condensadora e no respectivo disjuntor) e dos seus respectivos disjuntores. Incluir foto nos memoriais descritivos dos quadros elétricos com os disjuntores identificados. A CONTRATADA deverá mostrar previamente o modelo de identificação que será utilizado para a devida aprovação. Deverá ser incluída no memorial descritivo fotos da evaporadora, condensadora e disjuntor comprovando a identificação de todos os equipamentos dos imóveis.

e) Deverá solicitar autorização junto as Direções dos imóveis para fazer a elaboração do memorial descritivo de todos os equipamentos do tipo individual (janeleiro, splits, tipo cassete, hi wall, piso-teto, built in, cortinas de ar, caixas de ventilação, recuperadores de calor entre outros que estejam contemplados no Anexo I) que estão instalados nas dependências ocupadas pelo TJPR.

f) Elaborar e encaminhar quadrimestralmente ao Departamento de Engenharia e Arquitetura Relatório de Manutenção, por prédio, constando todos os eventos de manutenção realizados, especificação e quantidade de peças substituídas, análise das medições efetuadas e do funcionamento dos equipamentos e parecer do Responsável Técnico da CONTRATADA. Os Relatórios de Manutenção serão parte integrante do 4º, 8º e 12º Requerimentos de Pagamento o qual só será efetuado o pagamento com a apresentação dos relatórios.

g) Os Relatórios e os Memoriais serão parte integrante da 4º Requerimento de Pagamento, sendo imprescindíveis para o pagamento da fatura.

h) Colocar à disposição do CONTRATANTE, nas manutenções preventivas equipe técnica com qualificação e experiência profissional na atividade de manutenção de sistemas de ar condicionado, com pessoal habilitado, que deverá cumprir o horário comercial dos dias úteis, e deverá dispor de instrumentos de medição, ferramental e materiais necessários à perfeita realização do serviço. Toda e qualquer manutenção preventiva a se realizar fora do horário de trabalho do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deverá ser previamente programada e autorizada pelo Juiz Diretor do Fórum ou por servidor designado;

e) Atender às demais obrigações constantes no Termo de Referência, anexo ao edital.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

CLÁUSULA SÉTIMA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** observarão as disposições constantes do seguinte Acordo de Nível de Serviço

- a) A fiscalização, exercida no interesse do CONTRATANTE, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer dano que venha a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- b) O fiscal técnico do contrato acompanhará continuamente os serviços contratados para aferir se os resultados estão em conformidade com os termos contratados, bem como se observado o presente Acordo de Níveis de Serviço;
- c) Para exercer a fiscalização mencionada no subitem anterior, o fiscal deverá observar os seguintes procedimentos:
- c) 1. Realizar vistorias e apontar a(s) falha(s) detectada(s), devendo comunicar à CONTRATADA no mesmo dia da ocorrência, para que no prazo de 3 (três) dias, excepcionando-se os demais prazos dispostos no contrato, proceda as correções apontadas;
- c) 2. Caso as falhas não sejam corrigidas o fiscal técnico comunicará a Divisão de Controle de Contratos de Obras, relatando a situação fática, bem como instruindo com a documentação necessária, inclusive com a cópia da notificação encaminhada à CONTRATADA;
- c) 3. A Divisão de Controle de Contratos de Obras notificará a CONTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação, apresente as justificativas e/ou à solução das falhas apontadas;
- c) 4. Uma vez recebida a resposta da CONTRATADA esta deverá ser encaminhada ao fiscal técnico do contrato, o qual atestará se as falhas foram sanadas e em qual(is) data(s);
- d) Mensalmente, até o terceiro dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, o fiscal técnico do contrato enviará o relatório de falhas à Divisão de Controle de Contratos de Obras, em que relatará, inclusive, todas as ocorrências havidas no período;
- e) O controle da fiscalização mediante o Acordo de Níveis de Serviço terá como norte as diretrizes dispostas a seguir:

ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS UNIDADES	
ITEM	DESCRIÇÃO
Meta a cumprir	Obediência ao disposto nas cláusulas contratuais
Instrumento de Medição	Planilha de Controle dos serviços executados e Tipificação conforme Tabela de Tipificação.
Forma de acompanhamento	Procedimentos de fiscalização (registro de ocorrências, vistorias, comunicação eletrônica e outro meio oficial)
Periodicidade	Ocorrências diárias – medição mensal
Início de Vigência	Data do início da prestação dos serviços (conforme disposto em cláusula contratual).
Faixas de ajuste no pagamento	GLOSAS NO VALOR MENSAL, de acordo com a tabela abaixo, limitadas à 6% do valor mensal do contrato.
Desconto	O desconto pelo não cumprimento da prestação contratada será automaticamente efetuado, recaindo sobre o valor mensal a ser pago. Ao final do contrato, o último pagamento somente será liberado se não houver nenhum procedimento de glosa pendente.

DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

CLÁUSULA OITAVA: Em igual sentido, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** comprometem-se à observar as disposições constantes do seguinte PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DO ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO:

- a) Recebido do fiscal do contrato o relatório mensal de ocorrências com descrição de fato contemplado no Acordo de Níveis de Serviço, a CONTRATADA será notificada pela Divisão de Controle de Contratos de Obras para que em cinco dias úteis preste as informações que entender pertinentes;
- b) Prestadas as referidas informações, o expediente retornará à Divisão de Engenharia para manifestação sobre o quanto alegado;
- c) Após, a Divisão de Controle de Contratos de Obras prestará as informações necessárias, instruindo o expediente com os dados da contratação;
- d) Devidamente instruído, os autos serão encaminhados a Assessoria Jurídica para elaborar parecer sobre a aplicação do Acordo de Níveis de Serviço;
- e) Com o parecer, os autos seguirão para a Diretoria do DEA que decidirá pela aplicação do Acordo de Níveis de Serviço;
- f) Decidido, os autos retornarão a Divisão de Controle de Contratos de Obras para as anotações e comunicações de praxe.
- g) Para a apuração do Acordo de Níveis de Serviço o CONTRATANTE adotará a tipificação das ações contempladas na tabela abaixo:

AR CENTRAL		
DESCRIÇÃO	VALOR DA MULTA	INCIDÊNCIA
1. Não atender os casos de manutenção corretiva com criticidade urgente em 1 (um) dia útil após o envio da chamada	5% do valor da manutenção preventiva ou corretiva mais 0,6% por dia de atraso	por ocorrência por dia
2. Não atender os casos de manutenção corretiva com criticidade média em 3 (três) dias úteis após o envio da chamada	4% do valor da manutenção preventiva ou corretiva mais 0,6% por dia de atraso	por ocorrência por dia
3. Não atender os casos de manutenção corretiva com criticidade baixa em 5 (cinco) dias úteis após o envio da chamada	3% do valor da manutenção preventiva ou corretiva mais 0,6% por dia de atraso	por ocorrência por dia
4. Quando a execução do serviço de manutenção preventiva e/ou corretiva não for satisfatória, acarretando a necessidade de mais de 2 (dois) chamados de retorno	5% do valor da manutenção preventiva ou corretiva	por ocorrência
5. Não atender uma manutenção preventiva mensal no mês corrente	Perda do valor mensal mais 6% do valor mensal do prédio	por ocorrência
6. Apresentar durante a visita aleatória de fiscalização condição insatisfatória de execução do contrato para manutenção preventiva e/ou corretiva	Perda do valor mensal mais 6% do valor mensal do prédio	por ocorrência

EQUIPAMENTO DO TIPO INDIVIDUAL		
DESCRIÇÃO	VALOR DA MULTA	INCIDÊNCIA

1. Não atender os casos de manutenção corretiva com criticidade urgente em 1 (um) dia útil após o envio da chamada	8% do valor da manutenção preventiva ou corretiva mais 0,6% por dia de atraso	por ocorrência por dia
2. Não atender os casos de manutenção corretiva com criticidade média em 3 (três) dias úteis após o envio da chamada	7% do valor da manutenção preventiva ou corretiva mais 0,6% por dia de atraso	por ocorrência por dia
3. Não atender os casos de manutenção corretiva com criticidade baixa em 5 (cinco) dias úteis após o envio da chamada	6% do valor da manutenção preventiva ou corretiva mais 0,6% por dia de atraso	por ocorrência por dia
4. Quando a execução do serviço de manutenção preventiva ou corretiva não for satisfatória, acarretando a necessidade de mais de 2 (dois) chamados de retorno	5% do valor da manutenção preventiva ou corretiva	por ocorrência
5. Apresentar durante a visita aleatória de fiscalização condição insatisfatória de execução do contrato para manutenção preventiva e/ou corretiva	Perda do valor mensal mais 6% do valor mensal do prédio	por ocorrência

h) A aplicação do ajuste no adimplemento do valor apurado se dará no pagamento do mês subsequente ao avaliado.

i) O ajuste mensal no pagamento à CONTRATADA fica limitado a 6% do valor mensal do contrato.

j) Independentemente de a infração contratual estar ou não prevista no Acordo de Níveis de Serviço – ANS, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas no artigo 150 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/2007 e no artigo 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais penalidades dispostas no instrumento contratual.

DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

CLÁUSULA NONA: São designados como responsáveis técnicos para execução dos serviços objeto do presente contrato os profissionais relacionados Termo de Nomeação constante nas fls. _____, que passa a integrar o presente.

Parágrafo Único: Se houver alteração no quadro de responsabilidade técnica da empresa, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Tribunal de Justiça, sob pena de rescisão contratual.

DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA: A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização por parte da equipe técnica do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

Parágrafo Primeiro: Competirá ao servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.

Parágrafo Segundo: Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização, exercida no interesse do **CONTRATANTE**, não exclui nem

reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao **CONTRATANTE OU A TERCEIROS**.

Parágrafo Quarto: O **CONTRATANTE** fiscalizará permanentemente a qualidade do serviço e peças fornecidos e qualquer irregularidade verificada será imediatamente comunicada à **CONTRATADA**. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos.

Parágrafo Quinto: O aceite não exclui a responsabilidade civil da empresa **CONTRATADA** por vícios qualitativos, quantitativos ou técnicos dos serviços de manutenção preventiva e corretiva (aparentes ou ocultos) ou por desacordo com as especificações estabelecidas na proposta comercial apresentada, verificadas posteriormente, devendo a **CONTRATADA** ser responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Sexto: Para os serviços realizados e não aceitos após verificação e teste, a **CONTRATADA** se obriga a refazê-los dentro de 06 (seis) dias úteis subsequentes à conferência, confirmada por telefone, fac-símile ou por escrito, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Sétimo: São obrigações do **Fiscal Técnico**:

- a) Fiscalizar **técnicamente** o contrato, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais por parte da Contratada e o atendimento às normas técnicas vigentes relacionadas ao objeto da contratação.
- b) Ao fiscal técnico do contrato, cumpre verificar a correta execução do objeto no que tange aos quesitos técnicos, de modo a legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado, ou, conforme o caso, para orientar as autoridades competentes acerca da necessidade de serem aplicadas sanções ou de rescisão contratual.
- c) Tomar conhecimento de todas as especificações técnicas, cláusulas editalícias e contratuais do objeto.
- d) Recolher ART de fiscalização dos serviços quando da assinatura do contrato entre o TJPR e a empresa Contratada;
- e) Realizar vistorias para acompanhamento dos serviços de fiscalização, emitindo relatórios de vistoria, da seguinte forma:
 - I - Mensalmente, para os sistemas de ar condicionado da Capital (Sede Mauá, Palácio da Justiça e Prédio Anexo);
 - II - Trimestralmente, por amostragem, em até 5 prédios para verificação da condição da execução do contrato, em inspeções de sistema do tipo VRF e de equipamentos individuais;
- f) Controlar e administrar as solicitações de manutenção corretiva, através do Sistema de Atendimento ao Usuário (SAU), adotando as devidas providências e prestando informações ao solicitante sobre o andamento da sua solicitação.
- g) Manter registro de todas as atividades da fiscalização. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:
 - I - os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
 - II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
 - III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
 - IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
 - V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
 - VI - a satisfação do público usuário.
- h) A Fiscalização deve manter arquivado documentos que registrem os fatos relevantes ocorridos durante a execução, de fatos externos que venham a prejudicá-la, ou sobre a presença ou a ausência de culpa por parte do contratado por eventuais falhas técnicas na execução, entre outros incidentes, ministrará ao gestor do contrato importantes subsídios no momento de decidir sobre possíveis alterações contratuais. O registro dos fatos e atos da fiscalização importa à autorização das ações subsequentes e informa, também, os procedimentos de liquidação da despesa, que tomarão por base as condições pactuadas no contrato e a comprovação da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.
- i) Disponibilizar cópia de atas de reuniões realizadas com o preposto da contratada, a fim de discutir a qualidade da contratação.

- j) É de responsabilidade do agente fiscal técnico estabelecer e realizar as rotinas básicas de fiscalização técnica para o fim de realizar as verificações necessárias à constatação da perfeita execução técnica do objeto contratado.
- k) Emitir pareceres técnicos de liberação de fatura, de renovação contratual, de reajustes contratuais e outros solicitados pelo Gestor do contrato;
- l) Emitir pareceres técnicos atestando o devido cumprimento do contrato por parte d empresa Contratada;
- m) Elaborar minuta de notificação da empresa Contratada indicando eventuais descumprimentos das cláusulas contratuais;
- n) Proceder ao recebimento técnico do objeto.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A **CONTRATADA** fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, a fim de efetuar junto ao **CONTRATANTE**, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** optará por uma das modalidades elencadas no artigo 102 da Lei Estadual nº 15.608/07, quais sejam:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança-bancária.

§ Segundo: Se a opção recair em Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro).

§ Terceiro: Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

§ Quarto: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado;

b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas punitivas aplicadas pela Administração;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada;

§ Quinto: Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente cobertura para os eventos indicados no parágrafo anterior

§ Sexto: A garantia deverá vigorar durante toda a execução do contrato e até 06 meses após o término da vigência ou rescisão contratual, devendo ser renovada e complementada, após comunicação formal à **CONTRATADA**, na mesma proporção e época de eventual aditivo, a partir de eventuais prorrogações e adições ao ajuste, tantas vezes quanto for o próprio contrato para a execução dos serviços, sob pena de aplicação de multa contratual.

§ Sétimo: No caso de haver aditivos referentes a prazo e/ou serviços, a garantia complementar será de acordo com a modalidade adotada pela **CONTRATADA** e majorada à mesma proporção do referido aditivo.

§ Oitavo: A garantia será devolvida após decorridos trinta (30) dias do término do prazo de sua vigência ou se rescindido este contrato, contados do protocolo do requerimento, desde que comprovada pela contratada a quitação de todas as verbas decorrentes de vínculo trabalhista e não haja processo administrativo em curso.

§ Nono: Sem prejuízo de aplicação das sanções que lhe couberem, o Tribunal de Justiça recorrerá à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a **CONTRATADA**, podendo ainda reter créditos decorrentes do

contrato.

§ Décimo: Na hipótese de não correção pela **CONTRATADA** de pendências e anormalidades verificadas na obra/serviço pelo **CONTRATANTE** e atestadas pela fiscalização, o **CONTRATANTE** descontará da caução a importância correspondente.

§ Décimo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por inadimplemento da **CONTRATADA**, será imediatamente acionada a garantia para sanar possíveis prejuízos acarretados ao **CONTRATANTE**, independente da aplicação de outras sanções.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O pagamento será feito mensalmente pelo **CONTRATANTE**, de acordo com os serviços efetivamente executados, conforme estimativa de execução constante no Anexo I do presente Contrato, mediante requerimento subscrito pela **CONTRATADA**, contendo a respectiva fatura ou nota fiscal, com descrição dos serviços prestados e mediante apresentação do "atestado de execução de serviço" conjuntamente assinado pelo executor dos serviços e pelo Juiz de Direito Diretor do Fórum ou por servidor por ele designado, depois de vencido o mês da efetiva prestação dos serviços e no prazo de 20 (vinte) dias úteis a contar do protocolo da solicitação.

Parágrafo Primeiro: O **CONTRATANTE** reserva-se no direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento e recolhimento dos correspondentes encargos sociais, das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, mediante a apresentação dos seguintes documentos, em meio digital, juntamente com a respectiva nota fiscal:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;¹
- b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais (ISS) do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais (ICMS) do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.440/2011;
- f) Declaração dos funcionários que efetivamente prestaram serviço ao **CONTRATANTE**;
- g) Guias de Recolhimento mensal do INSS-GPS, FGTS-GRF e Relação dos trabalhadores constante no arquivo SEFIP, referente aos profissionais que efetivamente prestaram serviços junto ao **CONTRATANTE**;
- h) Folhas de pagamento mensal, em papel timbrado da **CONTRATADA**;
- i) PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle – no 1º (primeiro) mês;
- j) Memorial Descritivo – do 1º (primeiro) ao 4º (quarto) mês, escalonado;
- k) Limpeza e Higienização com Análise Microbiológica do Ar – até o 4º (quarto) mês;
- l) Relatórios de Manutenção – 4º (quarto), 8º (oitavo) e 12º (décimo segundo) mês;
- m) Relatórios de vistoria da Fiscalização conforme indicado na respectiva cláusula da minuta contratual (§ 7º, cláusula sétima - responsabilidade da fiscalização).

Parágrafo Primeiro: Na eventualidade de a empresa contratada apresentar pedido de pagamento sem condições de processamento e em descordo com o disposto neste Capítulo, será notificada para sanar as pendências encontradas no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis, sob pena de abertura de procedimento administrativo por descumprimento de Cláusula Contratual.

Parágrafo Segundo: Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo a **CONTRATANTE** deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa e indenizações devidas

¹ De acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, a qual abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

pela **CONTRATADA**, que tenham sido constituídas após procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Terceiro: O pagamento mensal será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço (ANS) – anexo III deste Contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

Parágrafo Quarto: O não atendimento do Acordo de Nível de Serviço – ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Edital e anexos.

Parágrafo Quinto: Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme o Acordo de Nível de Serviço anexo à minuta do Contrato.

Parágrafo Sexto: O Tribunal de Justiça efetuará o respectivo pagamento pelos valores constantes na nota de empenho até o 20º (vigésimo) dia útil a contar da data do protocolamento do requerimento de pagamento. Ocorrendo atraso na realização dos serviços, o prazo fixado ficará suspenso, continuando a fluir somente após a **CONTRATADA** ter efetuado o serviço o qual será submetido à avaliação e aprovação do setor competente.

Parágrafo Sétimo: Em conformidade com a legislação, o **CONTRATANTE** efetuará a retenção da tributação pertinente.

Parágrafo Oitavo: Caso a(s) empresa(s) vencedora(s) do presente procedimento licitacional esteja enquadrada nos ditames do Decreto Estadual nº 1.261/03 e Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a Nota Fiscal a ser emitida por ela deverá discriminar expressamente o valor do desconto referente ao imposto dispensado, bem como indicação expressa do valor líquido a ser pago pelo Tribunal de Justiça, isto é, sem a incidência do valor relativo ao ICMS da transação comercial realizada.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, bem como, a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data da apresentação da proposta, a ser concedido a partir do requerimento da **CONTRATADA**, tendo como limite máximo a variação do IPC-FIPE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O descumprimento das disposições contratuais sujeita o contratado às sanções administrativas dispostas nos artigos 150 a 160 da Lei Estadual nº 15.608/07 e, subsidiariamente, nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02.

§ Primeiro: Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

- § Segundo:** Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.
- § Terceiro:** A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer contrato firmado com o Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.
- § Quarto:** Os casos de ressarcimento dos prejuízos pela contratada, com a mitigação dos danos resultantes da infração, poderão ensejar a redução da(s) penalidade(s) pelo descumprimento contratual em metade até a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade e de até ¼ após a instauração até a decisão final.
- § Quinto:** A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da contratada (*dies interpellat pro homine*), salvo previsão expressa.
- § Sexto:** O cumprimento parcial da parcela em atraso reduzirá proporcionalmente a base de cálculo da penalidade de multa.
- § Sétimo:** A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.
- § Oitavo:** As sanções de multa moratória não serão cumuladas com a pena de multa prevista para o caso de rescisão contratual, quando a rescisão decorrer da própria mora.
- § Nono:** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- § Décimo:** Poderá configurar a inexecução total da obrigação e a aplicação da penalidade prevista no item 6 da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada derivada de perdas e danos causados a este Tribunal de Justiça (decorrente das infrações cometidas), quando:
- a) A execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total;
 - b) Houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;
 - c) O atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos e não houver o interesse da Administração do Tribunal de Justiça em manter a contratação.
 - d) O descumprimento parcial prejudicar a solução como um todo;
- § Décimo Primeiro:** A rescisão do contrato dependerá de análise de oportunidade e conveniência do Tribunal de Justiça.
- § Décimo Segundo:** Sem prejuízo das demais penalidades, as de multa serão aplicadas conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

	CONDUTA	PENALIDADE
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;	<u>Primeira vez:</u> Advertência <u>Segunda vez e seguintes:</u> Multa de 0,1% a 1% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica; ou O desatendimento das determinações regulares da	Multa de 0,1% a 2% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da

	autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;	multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
03	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% a 3% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% do valor global (conforme contratação) do contrato, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato, incidindo, nesse caso, unicamente a multa do item 7 desta Tabela.
04	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa; ou Agir de má-fé na relação contratual; ou Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato;	Multa de 0,5% a 10% do valor do contrato.
05	Abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução total contratual quando não haja previsão de conduta específica; ou Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; ou Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 8.158/1991; ou Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei; ou A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato; ou A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da	Multa de 1% a 10% do valor global do contrato.

	empresa, que prejudique a execução do contrato;	
06	Descumprimento ou inexecução total do contrato/obrigações que gere a rescisão contratual.	Multa de 5% a 20% sobre o valor global do contrato, sem prejuízo de eventual indenização pela contratada, derivada de perdas e danos causados ao Tribunal de Justiça decorrente das infrações cometidas;

§ Décimo Terceiro: Caso a Contratada incorra em uma das condutas elencadas na presente Cláusula, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

§ Décimo Quarto: As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

§ Décimo Quinto: Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

§ Décimo Sexto: Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

§ Décimo Sétimo: Qualquer multa ou encargo imputado à contratada, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

§ Décimo Oitavo: As disposições da Cláusula de Penalidades não excluem a responsabilização da contratada por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências decorrentes do presente ajuste e as previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Primeiro: Constituem motivo para rescisão do presente contrato, além de eventuais outras previstas no artigo 129 da Lei Estadual n. 15.608/07:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular;
- b) A lentidão no seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviçosb no prazo estipulado, assim como o atraso injustificado no início dos serviços;
- c) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- d) A subcontratação total ou parcial de serviços, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério;
- e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como o cometimento reiterado de faltas anteriormente anotadas em registro próprio pela fiscalização do **CONTRATANTE**;
- f) A decretação de falência, a instauração de insolvência civil, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência do **CONTRATANTE**;
- h) A supressão de serviços, por parte do **CONTRATANTE**, acarretando modificação do valor inicial

do contrato além do limite permitido pelo parágrafo primeiro da Cláusula Décima;

i) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

j) O atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, decorrente de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

k) A não liberação por parte do **CONTRATANTE**, da área ou local para a realização dos serviços;

l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente contrato.

Parágrafo Segundo: A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas "a" *usque* "g" e "l" do parágrafo anterior; amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação referido na cláusula primeira, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto: No caso das alíneas "g" *usque* "l" do parágrafo primeiro, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo ainda o direito pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão, e pagamento do custo de desmobilização, quando for o caso.

Parágrafo Quinto: Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução dos serviços será prorrogado por igual tempo, após prévia análise e autorização por parte do **CONTRATANTE**.

CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A rescisão de que trata a primeira parte do parágrafo segundo da cláusula anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste ajuste ou em Lei:

I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

II- ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso II do artigo 131 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

III- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único: A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II desta cláusula fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A despesa decorrente da execução do presente contrato correrá à conta da dotação orçamentária do exercício de _____, devidamente empenhada através da rubrica 3.3.90.39.16 – denominado Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, conforme nota de empenho nº _____, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro, em _____.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Aos casos não expressamente regulados pelo presente contrato, aplicar-se-ão as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e o Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002), assim como a legislação complementar pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente surgidas em decorrência do presente contrato.

Este contrato, que terá seu extrato publicado no "*DIÁRIO DA JUSTIÇA*" do Estado do Paraná, só se tornará perfeito e acabado, entrando em vigência, após cumpridas as formalidades legais.

E por estarem assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai este contrato devidamente assinado pelos representantes das partes inicialmente nomeadas, juntamente com duas (02) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, ____ de ____ de ____.

Presidente do Tribunal de Justiça

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Testemunha

Testemunha